

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO DOS MUNICÍPIOS

ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCE PELO CONTROLE INTERNO

MODELO 22

Município:	Referente ao Exercício de:		
RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO: CONTROLE INTERNO			
DETERMINAÇÕES/RECOMENDAÇÕES	AÇÕES/PROVIDÊNCIAS	ÓRGÃO RESPONSÁVEL	CATEGORIA (IMPLEMENTADA/ PARCIALMENTE IMPLEMENTADA/NÃO IMPLEMENTADA)
Quando da elaboração da próxima LOA observar para que não conste autorização para a abertura ilimitada de créditos adicionais, observando o disposto no inciso VII do artigo da Constituição Federal c/c o §4º do artigo 5º da Lei Complementar Federal nº 101/00;	Ofício CGM 04, 20, 23 e 24.19, reuniões e auditoria	Secretaria M. de Administração e Planejamento	IMPLEMENTADA
Observar a compatibilidade entre os valores da receita registrada nos diversos demonstrativos contábeis, em atendimento ao artigo 85 da Lei n.º 4.320/64.	Ofício CGM 04, 20, 23 e 24.19, reunião e auditoria	Secretaria Municipal de Fazenda, Indústria e Comércio	IMPLEMENTADA
Promover o equilíbrio financeiro do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos, em conformidade com a Lei Federal n.º 9.717/98.	Ofício CGM 04, 20, 23 e 24.19, reuniões e auditoria	Secretaria M. de Administração e Planejamento e Secretaria Municipal de Fazenda, Indústria e Comércio	PARCIALMENTE IMPLEMENTADA
Observar a compatibilidade entre a Receita Corrente Líquida apurada de acordo com os demonstrativos contábeis e o Anexo 1 do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º semestre, em atendimento ao disposto no artigo 85 da Lei n.º 4.320/64.	Ofício CGM 04, 20, 23 e 24.19, reuniões e auditoria	Secretaria Municipal de Fazenda, Indústria e Comércio	IMPLEMENTADA
Para que sejam utilizados, nos gastos com educação e saúde, para fins de limite constitucional, apenas fonte de recursos de impostos e transferências de impostos, de modo a atender plenamente ao estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal, bem como no artigo 7º da Lei Complementar Federal n.º 141/12.	Ofício CGM 04, 20, 23 e 24.19, reuniões e auditoria	Secretaria M. de Administração e Planejamento e Secretaria Municipal de Fazenda, Indústria e Comércio	IMPLEMENTADA PARCIALMENTE
Observar a correta classificação das despesas na função 10 – Saúde, em atendimento ao artigo 7º da Lei Complementar n.º 141/12 c/c com inciso II do artigo 50 da Lei complementar n.º 101/00. Observar a correta classificação das despesas na função 10 – Saúde, em atendimento ao artigo 7º da Lei Complementar n.º 141/12 c/c com inciso II do artigo 50 da Lei Complementar n.º 101/00.	Ofício CGM 04, 20, 23 e 24.19, reuniões e auditoria	Secretaria M. de Administração e Planejamento e Secretaria Municipal de Fazenda, Indústria e Comércio	IMPLEMENTADA
Observar o envio do parecer do Conselho de Alimentação Escolar, atendendo ao disposto no Anexo da Deliberação TCE-RJ nº 285/2018.	Ofício CGM 04, 20, 23 e 24.19, reuniões e auditoria	Secretaria Municipal de Educação	IMPLEMENTADA
Para que o município atente para a necessidade de estabelecer procedimentos de planejamento, acompanhamento e controle de desempenho da educação na rede pública de ensino, aprimorando a referida política pública, para que sejam alcançadas as metas do IDEB. Para que o município atente para a necessidade do uso consciente e responsável dos recursos dos royalties, priorizando a alocação dessas receitas na aplicação de programas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da economia local, bem como, busque alternativas para atrair novos investimentos de forma a compensar as possíveis perdas de recursos futuros.	Ofício CGM 04, 20, 23 e 24.19, reuniões e auditoria	Secretaria Municipal de Educação	IMPLEMENTADA PARCIALMENTE
	Ofício CGM 04, 20, 23 e 24.19, reuniões e auditoria	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	IMPLEMENTADA PARCIALMENTE
Ref. Proc. TCE/RJ n. 207.951-7/18: 1) elabore e encaminhe, antes do término da vigência do atual contrato 31/08/2019(12), estudo de viabilidade destinado a demonstrar a eventual vantagem da divisão dos serviços de limpeza pública em parcelas distintas, sendo uma parcela para os serviços de coleta e transporte dos resíduos e outra para a operação e manutenção da usina de reciclagem; 2) caso reste demonstrado que o parcelamento do objeto do atual contrato é viável técnica e economicamente, abstenha-se de prorrogar a contratação atualmente em vigor e promova licitações distintas destinadas a contratar de forma apartada os serviços de coleta e transporte de resíduos e os serviços de operação e manutenção de usina de reciclagem; 3) nas futuras licitações do Município de Cantagalo, por ocasião da escolha da modalidade de licitação aplicável à contratação de serviços de natureza continuada, considere o valor global do contrato, levando em conta as possíveis renovações ou prorrogações contratuais permitidas pelo art. 57 da Lei nº 8.666/93, de forma a enquadrar a licitação na modalidade adequada, conforme orientação estabelecida pelo §5º do art. 23 da Lei nº 8.666/93;	Ofício CGM 04, 20, 23 e 24.19, reuniões e auditoria	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	IMPLEMENTADA
Ref. Proc. TCE-RJ n. 250.880-9/16: a. Dedicar atenção à fase de estimativa de preços, para que as propostas colhidas reflitam, o mais próximo possível, os preços praticados no mercado, de forma a não comprometer os valores constantes do orçamento estimado e, consequentemente, o sucesso do procedimento licitatório, em consonância com o que dispõe o art. 3º, inciso III, da Lei nº 10.520/02, c/c art. 3º, da Lei nº 8.666/93.	Ofício CGM 04, 20, 23 e 24.19, reuniões e auditoria	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	IMPLEMENTADA
Ref. Proc. TCE-RJ: n.º 236.203-7/18 - identificar todos os Municípios Jurisdicionados fluminenses no sentido de que, caso não possuam carreira e estrutura adequada de administração tributária, nos moldes previstos pela Constituição Federal no art. 37, XXII, adotem providências no sentido de instituí-la com estrutura e pessoal condizentes com o pleno funcionamento de suas atividades;	Ofício CGM 04, 20, 23 e 24.19, reuniões e auditoria	Secretaria Municipal de Fazenda, Indústria e Comércio	NÃO IMPLEMENTADA
Ref. Proc. n. 206.811-0/17 COMUNICAÇÃO ao atual Prefeito do Município de Cantagalo, na forma prevista pela Lei Orgânica deste Tribunal, para que, em casos futuros, proceda à indicação no termo contratual de que a duração do contrato se limita à vigência dos créditos orçamentários ou de que a contratação se enquadra nas exceções do art. 57 da Lei nº 8.666/93;	Ofício CGM 04, 20, 23 e 24.19, reuniões e auditoria	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	IMPLEMENTADA
Ref. Proc. TCE-RJ 236.140-9/18: Adote Medidas conforme informação do relatório de auditoria do citado processo, a fim de implementar ações visando o pleno atendimento às exigências estabelecidas nos artigos 9º ao 24 da Lei 12.527/2018	Ofício CGM 04, 20, 23 e 24.19, reuniões e auditoria	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	PARCIALMENTE IMPLEMENTADA
Proc. TCE-RJ n. 808.225-7/16 - Para que sejam observadas, pelo próprio ou os que vierem a sucedê-lo, as ressalvas apontadas e adotadas as medidas corretivas e saneadoras, de forma a que não voltem mais a ocorrer nas próximas prestações de contas: 1- Pela ausência de Notas Explicativas com informações complementares que auxiliem a análise dos Demonstrativos Contábeis, em desacordo com orientação do MCASP, de forma a que fique observado a NBC T 16.6 – Item 41 2- Pelo fato de o Balanço Financeiro não se encontrar acompanhado do Anexo ou Nota Explicativa específica, detalhando as deduções da receita orçamentária por fonte/destinação de recursos, conforme IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro. 3- Por constar na Demonstração da Dívida Futura – DDF, contas de consignações (“RD”) , indenizações e Restituições”, “ISS”, “Outros Tributos Estadual e Municipal”, “IPAM – Previdência Municipal”, “CSSU”, “Antecipação de Pagamento – Convênio CEF” e “Outros Consignatários”) com saldo credor positivo em aberto e que não foram movimentadas no exercício de 2015, em prejuízo aos detentores de tais recursos causado pelo retardamento pelo seu não recolhimento em um prazo mais razoável. 4- Pela divergência bruta de R\$ 427.986,93 entre o saldo apurado através da geração líquida de caixa evidenciada na Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC e o que se apura através da diferença entre o saldo final e inicial da conta Caixa e Equivalente de Caixa evidenciados no Balanço Financeiro, em razão de falhas na elaboração do primeiro, em falta de sintonia fina com o artigo 85 da Lei Federal nº 4.320/64 e - Quanto ao Balanço Patrimonial não atender a nova estrutura estabelecida no MCASP, uma vez que não se encontra acompanhado do quadro do Superávit/Déficit Financeiro. 6 - Quanto ao valor de R\$ 2.400,00 concedido à Sociedade Musical XV de Novembro, liberado em 23/12/2015, não ter sido relacionado no Demonstrativo das Subvenções, uma vez que o demonstrativo previsto no inciso XVI, artigo 4º da Deliberação TCE/RJ nº 200/96 prevê "... subvenções e auxílios, concedidos no período, quando for o caso, pagos ou não ...". 7 - Pelo fato de que no Balanço Patrimonial o montante total do Ativo Financeiro (R\$ 2.280.817,45) não corresponder ao somatório de caixas e equivalentes de caixa e créditos e valores a curto prazo (R\$ 2.457.128,40) evidenciados no Ativo Circulante, em falta de sintonia com o artigo 85 da Lei Federal nº 4.320/64. 8 - Acerca da diferença a menor de R\$ 101.709,34 entre o Saldo Patrimonial apurado a partir do Patrimônio Líquido com aquele registrado no Balanço Patrimonial, em desconformidade com a Lei nº 4.320/64 e o MCASP, cuja causa tem como origem o lançamento a menor no registro dos restos a pagar não processado e, por outro lado, lançamento a maior nos restos a pagar processados, superestimando este e sobrestimando aquele, em igual proporção, compensando no todo, porém, o total bruto dos restos a pagar. 9 - Em razão de a Demonstração das Variações Patrimoniais apresentarem contas analíticas com denominação vaga (como foram o caso do desdobramento da conta sintética “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”: “Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar” e “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas”) cujos saldos foram agrupados sem a indicação de suas naturezas, não obstante ultrapassarem 10% (dez por cento) do valor do respectivo grupo de contas, em desacordo com o item 8 da NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis.	Ofício CGM 04, 20, 23 e 24.19, reuniões e auditoria	Secretaria Municipal de Fazenda, Indústria e Comércio	IMPLEMENTADA
Ref. Porc. TCE-RJ: 828.786-5/16: a) Implementar ações em seus órgãos com vistas ao incremento da gestão e da Governança de TI, conforme exposto no meu Voto e no Processo nº 828.786-5/16 Relatório de oia, estruturando essa área nos Municípios e implantando controles com base nas respostas fornecidas aos questionários; b) Estabelecer formalmente os objetivos, indicadores e metas institucionais de TI alinhados à estratégia da administração municipal, realizando efetivamente o acompanhamento do desempenho da área de tecnologia da informação, exercendo seu papel de principal responsável pela Governança de TI na esfera municipal; c) Implementar ações em seus órgãos com vistas ao incremento da gestão e da Governança de TI, conforme exposto no meu Voto e no Processo nº 828.786-5/16 Relatório de Auditoria, estruturando essa área nos Municípios e implantando controles com base nas respostas fornecidas aos questionários; b) Estabelecer formalmente os objetivos, indicadores e metas institucionais de TI alinhados à estratégia da administração municipal, realizando efetivamente o acompanhamento do desempenho da área de tecnologia da informação, exercendo seu papel de principal responsável pela Governança de TI na esfera municipal;	Ofício CGM 04, 20, 23 e 24.19	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	PARCIALMENTE IMPLEMENTADA

Responsável pela Elaboração	cargo: CONTROLADORA GERAL
Nome: MARILDA GUIMARÃES LIMA	Data: ____/____/____
Matrícula:	Assinatura:
Responsável pelo Setor Contábil	CRC-RJ nº 061.594/O-2
Nome: LEANDRO CORREA TEIXEIRA	Data: ____/____/____
Matrícula:	Assinatura:
Prefeito Municipal	
Nome: JOAQUIM ALGUSTO CARVALHO DE PAULA	Data: ____/____/____
Assinatura:	